



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
GABINETE DES. FAUSTO CAMPOS

Habeas Corpus nº: 0002831-85.2014.8.17.0000(330795-9)
Comarca: Olinda
Juízo: 2ª Vara Criminal
Impetrante: Carlos Roberto da Silva Neto
Paciente: Ivanildo da Silva Bomfim Júnior
Procuradora de Justiça: Severina Lúcia de Assis
Órgão Julgador: Primeira Câmara Criminal
Relator: Des. Fausto Campos

EMENTA: HABEAS CORPUS. TRÁFICO DE DROGAS. EXCESSO DE PRAZO. INSTRUÇÃO CONCLUÍDA. FEITO CONCLUSO PARA PROLAÇÃO DA SENTENÇA. SUPERAÇÃO. SÚMULA 52, STJ. COAÇÃO ILEGAL AUSENTE.

1. A instrução criminal chegou a termo, estando os autos conclusos para a prolação da sentença, circunstância que torna superado eventual retardo verificado durante a coleta de provas, conforme preconiza a Súmula 52, do Superior Tribunal de Justiça, *in verbis*: "Encerrada a instrução criminal, fica superada a alegação de constrangimento por excesso de prazo".

2. Ordem denegada. Decisão unânime.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos de Habeas Corpus, figurando como partes as a cima nominadas. **ACORDAM** os Desembargadores componentes da 1ª Câmara Criminal do Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco, em sessão realizada nesta data, à unanimidade, pela denegação da ordem, conforme relatório, votos e demais peças que passam a integrar o presente julgado.

Recife, 06 de maio de 2014

Des. Fausto Campos
Relator



42

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
GABINETE DES. FAUSTO CAMPOS

Habeas Corpus nº: 0002831-85.2014.8.17.0000(330795-9)
Comarca: Olinda
Juízo: 2ª Vara Criminal
Impetrante: Carlos Roberto da Silva Neto
Paciente: Ivanildo da Silva Bomfim Júnior
Procuradora de Justiça: Severina Lúcia de Assis
Órgão Julgador: Primeira Câmara Criminal
Relator: Des. Fausto Campos

RELATÓRIO

Impetrou habeas corpus em favor de **Ivanildo da Silva Bomfim Júnior**, denunciado por infração ao art. 33, da Lei nº 11.343/06, nos autos do Proc. n. 0002990-02.2013.8.17.0990, em curso perante o Juízo da 2ª Vara Criminal da Comarca de Olinda, ora indigitado autoridade coatora.

A impetração pretende desconstituir a custódia cautelar sob a alegação de constrangimento ilegal por excesso de prazo, ao argumento de que a ação penal está conclusa para prolação de sentença há noventa dias.

À inicial foram acostados os documentos de fls. 04/08.

Indeferido o pleito liminar (fl. 14), requisitei informações ao Juízo primevo (fl. 15), que as prestou por ofício de fls. 20/20v, noticiando o trâmite da ação penal e a informação que a sentença será prolatada no final do mês de abril/2014..

A Procuradora de Justiça, Drª. Severina Lúcia de Assis, emitiu o parecer de fls. 27/29, opinando pela denegação da ordem.

Eis o importante a relatar.

VOTO

O Paciente foi autuado em flagrante delito no dia **19.03.2013**, por supostamente trazer consigo 13 (treze) "big-bigs" de maconha, segundo consta na denúncia (fls. 04/07).



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
GABINETE DES. FAUSTO CAMPOS

Em consulta ao Judwin de 1º grau, verifica-se que o juiz converteu a custódia em prisão preventiva no dia 26.03.2013, a denúncia recebida em 15.05.2013, bem como foram realizadas duas audiências de instrução e julgamento nos dias 05.07.2013 e 08.10.2013. Após a oferta das alegações finais, o processo se encontra concluso para sentença desde 17.12.2013.

Desta feita, a instrução criminal chegou a termo, estando os autos conclusos para a prolação da sentença, circunstância que torna superado eventual retardo verificado durante a coleta de provas, conforme preconiza a Súmula 52, do Superior Tribunal de Justiça, *in verbis*: "Encerrada a instrução criminal, fica superada a alegação de constrangimento por excesso de prazo".

Pelo exposto, voto pela denegação da ordem, recomendando-se ao Juízo primevo que priorize o julgamento da ação penal.

É como voto.

Recife, 06 de maio de 2014.


Des. Fausto Campos

Relator